



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2023,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIVERSIDADE  
FEDERAL DE PERNAMBUCOS E A EMPRESA  
VIPTECH TELEINFORMÁTICA LTDA EPP**

A Universidade Federal de Pernambuco, autarquia educacional vinculada ao Ministério da Educação, com sede na Av. Prof. Moraes Rego, n 1235, Cidade Universitária, na cidade de Recife /Estado PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 24.134.488/0001-08, neste ato, nos termos do art. 33, inciso IX, de seu Estatuto, representado pelo Magnífico Reitor, Prof. Alfredo Macedo Gomes, nomeado por Decreto da Presidência da República Federativa do Brasil de 09 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 197, Seção 2, p.1 de 10 de outubro de 2019, residente nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa Viptech Teleinformática Ltda. EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.781.508/0001-86, sediada na Estrada do Arraial, nº 2483, Empresarial Quartier, Sala 901, Tamarineira, Recife/PE, CEP: 52.051-380, doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por Raul Carvalho Costa Junior, Sócio Administrador, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 23076.087546/2022-15 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de Licitação nº 02/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Serviços de Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados e Comutação Telefônica - Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC IS 3000, instaladas nas diversas unidades da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Serviços de Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados e Comutação Telefônica - Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC IS 3000	27120	Unidade	12	32.802,00	393.624,00

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, com início na data de 02/02/2023, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor mensal da contratação é de R\$ 32.802,00 (trinta e dois mil, oitocentos e dois reais), perfazendo o valor total de R\$ 393.624,00 (trezentos e noventa e três mil, seiscentos e vinte e quatro reais).

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.*

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (IBGE) de correção monetária.

### **5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **5.5. CESSÃO DE CRÉDITO**

5.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.5.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

5.5.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 22/09/2022.

6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de um mês para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

7.1.10. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

8.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida

Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

8.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

8.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

8.1.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

8.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.22. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais: Campus Joaquim Amazonas da UFPE (Endereço: Av. Prof. Moraes Rego, 1235 - Cidade Universitária, Recife - PE - CEP: 50670-901); Centro de Ciências



Jurídicas (Endereço: Praça Adolfo Cirne, s/n - Boa Vista, Recife - PE - CEP- 50050-060); Núcleo de TV e Rádio Universitária (Endereço: Av. Norte, 68 - Santo Amaro, Recife - PE - CEP: 50040-200); Centro Acadêmico do Agreste (Endereço: Rodovia BR-104 km 59, s/n - Nova Caruaru, Caruaru - CEP. 55.014-900); e Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (Endereço: Rua Alto do Reservatório, s/n - Bela Vista, Vitória de Santo Antão - CEP: 55608-680);

8.1.22.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição.

8.1.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## **9. CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
  - 9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021 em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, e permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.2.1. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.2.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 9.4 deste contrato.

10.3. Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.5.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.5.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

10.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.8. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.11. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.12. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13. Será considerada extinta a garantia com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;



10.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.15. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no Contrato.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
- (2) moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
  - (a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- (3) compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 15233 / 153101 - UFPE / STI

II. Fonte de Recursos: Tesouro/ Próprio

III. Programa de Trabalho: 12.364.5013.20RK.0026 - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco

IV. Elemento de Despesa: 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

V. Plano Interno: M0004G0123N

VI. Nota de Empenho: 2023NE000002

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

14.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Pernambuco, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Recife, 31 de janeiro de 2023.

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO I DO CONTRATO**  
**TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**



**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**Processo Administrativo n. 23076.87546/2022-15**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. Contratação de Serviços de Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados e Comutação Telefônica - Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC IS 3000, instaladas nas diversas unidades da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviços de Manutenção de Equipamentos de Comunicação de Dados e Comutação Telefônica - <i>Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC IS 3000</i>	27120	unidade	12	R\$ 32.802,00	R\$ 393.624,00

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (1 ano) contados da assinatura do contrato, prorrogável respeitada a vigência máxima decenal, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração e há a necessidade de que a contratação estenda-se por mais de um exercício financeiro e continuamente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O custo estimado total da contratação é de R\$ 393.624,00 (*Trezentos e noventa e três mil e seiscentos e vinte e quatro reais*, conforme custos unitários apostos *na tabela acima*).

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’ da Lei n. 14.133/2021).**



- 2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’)**

- 3.1. Os serviços contratados devem abranger os seguintes pontos:

3.1.1. Atendimento técnico

- 3.1.1.1. O atendimento técnico será realizado no horário comercial, da segunda à sexta-feira nas localidades já informada no estudo técnico preliminar.

3.1.2. Substituição de módulos que compõem a Central Telefônica

- 3.1.2.1. Quaisquer dos módulos ou placas que compõem a central telefônica deverão ser substituídos caso seja necessário.

3.1.3. Monitoração remota

- 3.1.3.1. A contratada monitorará o funcionamento da central remotamente para obter e/ou investigar qualquer dado que aponte para um mau funcionamento do equipamento.

3.1.4. Alterações de programações e facilidades

- 3.1.4.1. A empresa ficará responsável por realizar mudanças nos projetos da Central. Assim como de qualquer facilidade de ramal que seja solicitada.

3.1.5. Help desk

- 3.1.5.1. A empresa contará com um serviço de atendimento ou abertura de ticket para que sejam realizadas as aberturas de chamados.

3.1.6. Callmanager – atualização de software e tarifas via web

- 3.1.6.1. A empresa atualizará tanto o software de tarifação como as próprias tarifas, caso haja a necessidade.

3.1.7. Quanto ao ciclo de vida da solução a ser contratada, podemos levar em consideração os seguintes aspectos:

- 3.1.7.1. O contrato do serviço iniciará com o pagamento de um valor fixo mensal para a contratada. Esse valor só poderá ser elevado a cada renovação anual de acordo com o IPCA, índice oficial fornecido pelo IBGE.

- 3.1.7.2. Durante todo o período do contrato, a contratante se certificará de que o contrato continua vantajoso do ponto de vista da economicidade. Logo, não há o risco do contrato se tornar oneroso para a instituição.

3.1.8. Durante o ciclo de vida da contratação a empresa deverá se manter atenta às questões de sustentabilidade citada a seguir:

- 3.1.8.1. Somente poderão ser utilizados na execução dos serviços que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

3.1.9. São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras:

- 3.1.9.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

- 3.1.9.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

- 3.1.9.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 3.1.9.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 3.1.9.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 3.1.9.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- 3.1.9.7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- 3.1.10. Em conformidade com a Portaria SEGES/ME nº 938/2022, que instituiu o catálogo eletrônico de padronização, foi utilizado o catálogo eletrônico. O objeto dessa contratação foi encontrado no mesmo. Logo, o objeto está contemplado no catálogo.
- 3.1.11. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)**

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.4.1. Os *serviços* são de natureza continuada, já que são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho de suas atribuições e que se interrompidos podem comprometer a continuidade das atividades.
- 4.4.2. Com o objetivo de permitir a disponibilidade do serviço de telefonia fixa comutada para a instituição, alguns requisitos para o serviço a ser contratado são necessários. Seguem abaixo:
  - 4.4.2.1. Prestar os serviços em todas as localidades necessárias para a contratação. Especificamente em :

- **Campus Joaquim Amazonas da UFPE**

End.: Av. Prof. Moraes Rego, 1235  
Cidade Universitária, Recife - PE  
CEP: 50670-901

- **Centro de Ciências Jurídicas**

End.: Praça Adolfo Cirne, s/n  
Boa Vista, Recife - PE  
CEP- 50050-060

- **Núcleo de TV e Rádio Universitária**

End.: Av. Norte, 68  
Santo Amaro, Recife - PE  
CEP: 50040-200

- **Centro Acadêmico do Agreste**

End.: Rodovia BR-104 km 59, s/n

Nova Caruaru, Caruaru

CEP. 55.014-900

▪ **Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão.**

End.: Rua Alto do Reservatório, s/n

Bela Vista, Vitória de Santo Antão

CEP: 55608-680

4.4.3. Possuir equipe técnica para realizar suporte presencial.

4.4.4. Realizar todas as configurações necessárias para o bom funcionamento das centrais telefônicas.

4.4.5. Fornecer esclarecimentos e informações por meio de consultor designado para acompanhamento do contrato em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.

4.4.6. Adotar práticas ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis nos serviços que serão prestados. Segundo instrução normativa ME nº 40, de 22 de maio de 2020, Art. 7º, inciso II.

4.4.7. São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras:

4.4.7.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.4.7.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.4.7.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.4.7.4. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.4.7.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

4.4.7.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.4.7.7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.4.8. Apresentar cópia do contrato de concessão ou termo de autorização de prestação dos serviços de telecomunicações em questão outorgada pela Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, nos termos da legislação em vigor.

4.4.9. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.4.9.1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.4.9.2. O licitante disponibilizará comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação;

4.4.10. Não será permitida a contratação de consórcio de empresas.

4.4.11. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

4.4.12. O contrato terá a vigência de 12 meses, com possibilidade de renovação por sucessivos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes. e iguais períodos até o limite de cento e vinte meses, desde que os preços e condições continuem sendo vantajosos para a administração segundo art. 107 da lei nº 14.133/2021.

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.5.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 30 dias após autorização da contratação direta.

4.5.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.6. O Contratado deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

## 5. VISTORIA

5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, da segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas.

5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.5. A visita deverá ser agendada previamente através do e-mail maxwell.volnei@ufpe.br ou através do telefone (81) 2126-8425.

5.6. O atestado de vistoria técnica que consta no **ANEXO I** desse Termo de Referência.

5.7. A Empresa deverá declarar, por uma declaração formal, assinada pelo seu representante legal, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

6.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato, na forma que segue:

6.1.1. O prazo de ativação do serviço, incluindo instalação e configuração, será de no máximo 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato.

6.1.2. Os serviços serão prestados durante o horário comercial de segunda a sexta-feira.

6.1.3. Caso haja a necessidade da visita de técnico da CONTRATADA, a visita terá que ser agendada com antecedência.

6.1.4. Os técnicos da contratada deverão se apresentar sempre devidamente identificados.

6.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar um sistema de abertura de chamado por meio de interface web, além de um número de telefone para o mesmo fim.

6.2. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

6.2.1. Será realizado mensalmente a manutenção preventiva nos equipamentos que consiste na análise das condições gerais do funcionamento dos equipamentos.

6.2.2. Diariamente ocorrerá a verificações dos alarmes de todas as centrais.

6.2.3. Os testes dos links digitais com a concessionária serão realizados diariamente.

6.2.4. Serão mantidos back-ups mensais do projeto de engenharia, *Business Connect* e *software* de tarifação atualizado.

6.2.5. O atendimento técnico se refere mão de obra para execução de serviços no caso do equipamento apresentar algum alarme ou defeito de fabricação.

6.2.6. A substituição de Módulos se refere à substituição de qualquer módulo dos equipamentos que venha a apresentar defeito em condições normais de uso, tais como placas: ALC-E, ALC-G, ATU-G, DTU-PU, DTU-G, CPU-3000, CPU-4000, PMC-MC, PSU e unidades retificadoras (UR).

6.2.7. O Diagnóstico Remoto permitirá a recepção remota, registro e diagnose de alarmes que ocorram nos equipamentos. Este serviço pressupõe a disponibilidade de uma VPN da rede da UFPE.

6.2.8. Alterações de Programação e facilidades serão executadas de forma remota e abrangem as atividades de modificações de classes, facilidades, arranjos de grupo e outras facilidades programadas através de comandos de O&M.

## **7. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

7.1. As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam no item 9 do *Estudo Técnico Preliminar*.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

### **8.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.1.3.1. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.1.3.3. A gestão do contrato será exercida pelo Servidor Maxwell Volnei da Silva, SIAPE 1959326.

8.1.3.4. Caberá ao Gestor:

8.1.3.4.1. Verificar o cumprimento, pela CONTRATADA, das questões elencadas nas Obrigações da CONTRATADA deste Termo;

- 8.1.3.4.2. Realizar uma reunião inicial, registrada em Ata, após a assinatura do Contrato, caso julgue necessário, de modo a garantir a qualidade da execução;
- 8.1.3.4.3. Recomendar à UFPE a aplicação das sanções contratuais que se tornarem cabíveis, pelo desatendimento ou descumprimento pela CONTRATADA das obrigações contratuais;
- 8.1.3.4.4. Atestar a fatura mensal, após constatação da perfeita execução dos serviços e verificação das Condições de Pagamento;
- 8.1.3.4.5. Emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato;
- 8.1.3.4.6. Promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 8.1.3.5. O gestor substituto será o Servidor Ruan Pablo Gouveia Alves, SIAPE 1959533, telefone 21268425, e-mail ruan.alves@ufpe.br.
- 8.1.3.6. A fiscalização técnica do contrato ficará a cargo do servidor Álvaro de Matos Nardelli, SIAPE 1959539, telefone 21268425, e-mail alvaro.nardelli@ufpe.br.
- 8.1.3.7. O fiscal técnico substituto será o servidor Jonas Santiago Rocha, SIAPE 1131997, telefone 21268045, e-mail jrocha92@gmail.com.
- 8.1.3.8. A fiscalização administrativa será exercida pela servidora Nadja Medeiros Justino da Silva, CAF/STI, SIAPE 1131799, telefone 21268391, e-mail secretaria.sti@ufpe.br.
- 8.1.3.9. O fiscal administrativo substituto será a servidora Maria do Socorro Gomes, CAF/STI, SIAPE 1180876, telefone 21268391, e-mail secretaria.sti@ufpe.br.
- 8.1.3.10. A comunicação entre a UFPE e a CONTRATADA será realizada através de e-mail com o preposto indicado pela CONTRATADA.
- 8.1.3.11. O instrumento de medição de resultado (IMR) será utilizado para a aferição da execução do objeto para efeito de pagamento, o IMR consta no **ANEXO II** desse termo de referência.
- 8.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 8.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).
- 8.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 8.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).



8.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

8.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

8.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **9. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

9.4.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.4.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.4.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

9.4.3.1. Se a manutenção preventiva mensal foi realizada;

9.4.3.2. Se a verificação diária dos alarmes foi feita;

9.4.3.3. Se os links digitais com a operadora foi testado de forma diária;

9.4.3.4. Se foram realizados os back-ups mensais do projeto de engenharia, do Business Connect e do software de tarifação;

9.4.3.5. Se os atendimentos técnicos foram realizados dentro do prazo.

9.4.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 9.4.4.1. Não produziu os resultados acordados;
- 9.4.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 9.4.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

## **10. DO RECEBIMENTO**

- 10.4.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, contado do início do mês, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
  - 10.4.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
    - 10.4.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
    - 10.4.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
    - 10.4.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
  - 10.4.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
    - 10.4.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 10.4.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 10.4.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente,

após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

- 10.4.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
  - 10.4.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 10.4.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 10.4.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)**

- 11.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
  - a) SICAF;
  - b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
  - c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 11.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 11.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 11.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 11.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 11.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 11.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 11.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

11.13. **Habilitação Jurídica:**

11.13.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

11.13.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.14. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

11.14.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

11.14.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.14.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.14.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.14.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.14.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.14.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.14.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante

*a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.*

## 12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DADOS ORÇAMENTÁRIOS					
Gestão/Unidade: 15233/153101		Plano Interno (PI): deverá ser classificado após a emissão do Contrato			
Fonte de Recursos	Programa de Trabalho		Natureza de Despesa		Valor R\$
	Código	Descrição	Código	Descrição	
Tesouro/ Próprio	12.364.5013.20RK.0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	3390.39	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	R\$ 393.624,00
Valor Total					R\$ 393.624,00

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**Município de Recife, 04 de Janeiro de 2023.**

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



---

*Emitido em 04/01/2023*

**TERMO DE REFERENCIA Nº 1/2023 - CT-STI (11.29.12)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 04/01/2023 17:52 )*

**MAXWELL VOLNEI DA SILVA**

*COORDENADOR - TITULAR*

*CT-STI (11.29.12)*

*Matrícula: 1959326*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **04/01/2023** e o código de verificação: **5a1b6e39ea**



**ANEXO I do Termo de Referência**  
**ATESTADO DE VISTORIA**

Atestamos para fins de habilitação na contratação por inexigibilidade nº     /2022, que  
.....  
(nome e função), representando a empresa ....., vistoriou e tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições locais para a prestação dos serviços e cumprimento das obrigações objeto do citado Pregão.

Recife,..... de ..... de 2022.

UFPE  
(nome, assinatura e carimbo do servidor responsável)

Representante da Empresa  
(assinatura e carimbo)

**Obs.:** A licitante poderá agendar vistoria prévia aos locais dos serviços, no horário das 8 às 12 horas e das 14 às 16 horas., até o último dia útil anterior à abertura da licitação, com o servidor Maxwell Volnei da Silva, ou outro servidor por ele indicado, mediante prévio agendamento pelo telefone (081) 2126.8425 ou e-mail: maxwell.volnei@ufpe.br. Para realização da vistoria o representante da licitante deverá estar devidamente identificado.



---

Emitido em 02/12/2022

**ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 1/2022 - CT-STI (11.29.12)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 06/12/2022 11:59 )*

**MAXWELL VOLNEI DA SILVA**

ENGENHEIRO-AREA

CT-STI (11.29.12)

Matrícula: 1959326

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1**,  
ano: **2022**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **02/12/2022** e o código de  
verificação: **a3216ccf24**

**ANEXO II do Termo de Referência**  
**INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**

**1. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR):**

- 1.1. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes ensejará a aplicação das sanções e glosas previstas no contrato;
- 1.2. O atendimento às solicitações descritas na Tabela de IMR, realizado após o prazo estipulado, poderá gerar glosa sobre o valor mensal do contrato, conforme tabela a seguir:

<b>IMR – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO</b>	
<b>SERVIÇO – Manutenção Central Telefônica</b>	
Incidente ou Serviço	Prazo para reparo ou atendimento
Serviço fora do ar ou inacessível	6 horas úteis
Serviço oscilando	8 horas úteis
Solicitação de relatórios	16 horas úteis
Demais serviços	24 horas úteis
<b>MEDIÇÃO</b>	
Horas em atraso para atendimento ou resolução	Glosa
Até 1 hora útil	1%
Entre 1 e 2 horas úteis	2%
Entre 2 e 3 horas úteis	3%
Entre 3 e 4 horas úteis	4%
Entre 4 e 5 horas úteis	5%

- 1.3. O cálculo do tempo da inoperância ou indisponibilidade é cumulativo, ou seja, soma de todos os períodos de indisponibilidades ocorridos no mês faturado;
- 1.4. A empresa CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a existência de ocorrências que serão avaliadas pela CONTRATANTE, no prazo de 1 (um) dia útil a partir do registro da ocorrência na Tabela de Ocorrências (**item 2.3 deste anexo**). Caso julgue procedente, a ocorrência será tornada sem efeito, caso julgue a justificativa improcedente será realizado o desconto.
- 1.5. Caso o preposto da empresa contratada se negue a atestar as ocorrências verificadas, essas poderão ser atestadas por duas testemunhas e/ou através de foto/filmagem.

**2. METODOLOGIA PARA MENSURAÇÃO DAS FALHAS**

- 2.1. O fiscal técnico verificará os itens desse Instrumento de Medição de Resultado diariamente, por amostragem, e anotar as falhas ocorridas na Tabela de Ocorrências (**item 2.3 deste anexo**) que serão atestadas pelo preposto uma a uma. No final do mês será apurado o total de ocorrências para

cada item preenchido na Tabela de Ocorrências. Em seguida será feito o cálculo de desconto com o total das horas de atraso no atendimento/resolução do chamado e o total da porcentagem a ser descontada conforme somatório de percentuais contidos na tabela de IMR (**item 1.2 deste anexo**) na fatura do mês corrente/subsequente.

2.2. A glosa da fatura pela aplicação do somatório total das ocorrências registradas na Tabela de Ocorrências (**item 2.3**) não exclui a aplicação das demais penalidades previstas neste Termo de Referência.

2.3. Tabela de ocorrências

TABELA DE OCORRÊNCIAS		
(MÊS CORRENTE)		
Data/Hora do chamado	Descrição do Incidente ou serviço solicitado	Horas de atraso no atendimento/ resolução do incidente
TOTAL		<i>Total de horas em atraso</i>



---

Emitido em 02/12/2022

**ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA Nº 2/2022 - CT-STI (11.29.12)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 06/12/2022 11:59 )*

**MAXWELL VOLNEI DA SILVA**

ENGENHEIRO-AREA

CT-STI (11.29.12)

Matrícula: 1959326

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **2**,  
ano: **2022**, tipo: **ANEXOS DO TERMO DE REFERENCIA**, data de emissão: **02/12/2022** e o código de  
verificação: **93f222f062**

**ANEXO II DO CONTRATO**  
**TERMO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE**





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TERMO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA

1. OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO de Serviços de Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC Is3000 instaladas nas diversas unidades da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, CAA e CAV, incluindo os seguintes serviços: a) atendimento técnico, b) substituição de módulos que compõem a central (ALC-E, ALC-G, ATU-G, DTU-G, DTU-PU, CPU 3000, CPU 4000, PMC-MC, PSU e unidade retificadora), c) monitoração remota, d) Alterações de programações e facilidades, e) *help desk* e f) *callmanager* – com atualização de software e tarifas via web, sob o regime de execução empreitada por preço global.

1.2 A contratação se dará por meio de **contratação direta por inexigibilidade**, fundamentada no Caput do Art. 74 da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, que trata de Licitações e Contratos Administrativos, após comprovada impossibilidade jurídica de abertura do certame pela sua especificidade e outros fatores que impedem a competitividade.

2. BENEFICIÁRIO DA INEXIGIBILIDADE/DISPENSA

**RAZÃO SOCIAL:** Viptech Teleinformática LTDA ME.

**CNPJ:** 08.781.508/0001-86

**INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 034.970.703

**ENDEREÇO:** Estrada do Arraial, 2483 – sala 901 – Tamarineira. Fone: 2125-7674.

**REPRESENTANTE LEGAL:** Raul Costa Júnior

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

**3.1** Caput do Art. 74 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021.

3.1.1 Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

3.1.1.1 I – aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

**3.2** Para comprovação da exclusividade do serviço a ser contratado, segue anexado a este processo a Carta de exclusividade Registrada da Junta Comercial de Pernambuco – JUCEPE.

#### 4. JUSTIFICATIVA

**4.1** A necessidade administrativa da contratação de empresa para a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de módulos para as centrais telefônicas da série IS 3000, instaladas na universidade, é de extrema importância, visto o teor do serviço em questão.

**4.2** O serviço de telefonia é indispensável para qualquer instituição ou órgão. Na UFPE não é diferente. Interligando todos os centros acadêmicos e atendendo boa parte dos servidores da instituição, esse serviço é caracterizado como essencial e, portanto, deve ser oferecido da maneira mais contínua e ininterrupta possível. Para que seja possível alcançar tamanha eficiência e qualidade, há a necessidade de se ter uma empresa que preste um serviço de manutenção e substituição de peças de maneira rápida e com o aval do fabricante da tecnologia.

**4.3** A presente inexigibilidade é decorrente da inviabilidade de competição, visto que a prestação de serviço para esse tipo de equipamento só pode ser realizada por empresa que seja autorizada pela fabricante do mesmo. Portanto, como não cabe concorrência, há condição para que seja realizada esta inexigibilidade.

**4.4** A empresa Viptech Teleinformática LTDA é a representante exclusiva em Pernambuco da Engetel Sistemas LTDA, que por sua vez é representante exclusiva da NEC Nederland B. V. no Brasil nas áreas de vendas e assistência técnica, como manutenção e conserto. A Viptech Teleinformática LTDA ainda é a única autorizada em Pernambuco a comercializar produtos, emitir propostas, ofertas públicas e orçamentos.

**4.5** A empresa Viptech Teleinformática LTDA apresentou proposta em que o preço médio por porta está mais baixo que o preço médio observado em outros contratos com outros órgãos. A empresa aplicou um desconto no preço da porta, saindo a mesma por R\$ 7,00 (sete reais).

#### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**5.1** O valor da contratação será **R\$ 393.624,00**.

**5.2** Os dados orçamentários serão informados pela Coordenação Administrativa e Financeira e constarão em documento específico anexado ao processo.

#### 6. JUSTIFICATIVA DO VALOR

**6.1** Seguem anexados a este processo Notas Fiscais e contratos com entes públicos.

#### 7. HABILITAÇÃO

**7.1** Como condição prévia à declaração de INEXIGIBILIDADE/DISPENSA e contratação da beneficiária, para fins de habilitação da mesma, a Administração verificou o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.2** SICAF, devendo a beneficiária estar nele regulamente cadastrada e em situação regular perante a Receita Federal e PGFN, FGTS, Trabalhista, Receita Estadual, Receita Municipal e Qualificação Econômico-Financeira;

**7.3** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**7.4** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

**7.5** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**7.6** Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN.

**7.7** A beneficiária também apresentou:

**7.8** Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;

**7.9** Declaração de cumprimento aos termos da Lei nº 9.854/1999.

**7.10** Em nome da beneficiária, foi realizada consulta no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e a mesma encontra-se em situação ativa.

**7.11** Todas as documentações referentes à habilitação apontada acima constam no ANEXO IV ao termo de INEXIGIBILIDADE.

## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**8.1** O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária em até **30 (trinta) dias corridos**, contados da data de apresentação da Nota Fiscal, regularmente atestada pelo servidor responsável pelo recebimento, e após a regularidade do fornecedor junto ao SICAF, à Seguridade Social e ao FGTS ter sido verificada pela Coordenação Administrativa e Financeira – CAF, da Superintendência de Tecnologia da Informação

**8.2** Caso a Nota Fiscal contenha inconsistências será devolvida à fornecedora para correção e posterior reapresentação. Será acrescentado ao prazo previsto no SUBITEM 8.1, os dias entre a data da devolução à fornecedora e a data da reapresentação da nota fiscal à UFPE.

## **9. CONTRATAÇÃO**

**9.1** O instrumento de contrato será firmado entre a UFPE (CONTRATANTE) e a Adjudicatária (CONTRATADA).

**9.2** O contrato terá a vigência de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado, por mais 12 meses, a critério único e exclusivo da UFPE, limitado ao prazo de 120 (cento e vinte) meses em sua totalidade, mediante termo aditivo.

9.2.1 Art. 107 da lei 14.133/21 Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

**9.3** O Contrato conterá dispositivo vinculando-o as Notas de Empenhos e Ordens de serviços emitidas como forma de geração de demanda junto a CONTRATADA

**9.4** A minuta do contrato e seus anexos, quando couber, serão elaborados pela Diretoria de Licitações e Contratos/PROGEST.

**9.5** Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas no Contrato a contratada terá que prestar garantia equivalente ao percentual de 5% (cinco por cento) do preço global do mesmo, conforme Art. 98, da Lei nº 14.133/21.

**9.6** O cronograma físico-financeiro será estabelecido em função da demanda e fixado junto à emissão da nota de empenho, e o pagamento em parcelas mensais a depender das medições será feita pela Fiscalização/Gestão do Contrato.

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Assumir inteira responsabilidade técnica pelo serviço manutenção de acordo com as especificações.

10.2 Fornecer os itens dentro das especificações e exigências do contrato e do prazo de entrega estabelecido.

10.3 Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva das soluções e/ou equipamentos propostos, na Região Metropolitana do Recife e nas cidades de Caruaru e Vitória de Santo Antão, com reposição de peças e mão-de-obra inclusos, durante a vigência do contrato, a partir do atesto pela STI da UFPE, com cobertura no horário comercial, 08h00 as 17h00 de segunda a sexta.

10.4 Os serviços serão prestados nas seguintes localidades:

### **10.4.1 Campus Joaquim Amazonas da UFPE**

End.: Av. Prof. Moraes Rego, 1235

Cidade Universitária, Recife - PE

CEP: 50670-901

### **10.4.2 Centro de Ciências Jurídicas**

End.: Praça Adolfo Cirne, s/n

Boa Vista, Recife - PE

CEP- 50050-060

### **10.4.3 Núcleo de TV e Rádio Universitária**

End.: Av. Norte, 68

Santo Amaro, Recife - PE

CEP: 50040-200

### **10.4.4 Centro Acadêmico do Agreste**

End.: Rodovia BR-104 km 59, s/n

Nova Caruaru, Caruaru  
CEP. 55.014-900

**10.4.5 Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão.**

End.: Rua Alto do Reservatório, s/n  
Bela Vista, Vitória de Santo Antão  
CEP: 55608-680

10.5 Todas as soluções e/ou equipamentos deverão possuir GARANTIA NACIONAL, mínima, de 12 (doze) meses com atendimento “ON SITE”.

10.6 Arcar com todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, garantia contratual e dos serviços, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

10.7 Fornecer Relatórios de manutenção, relacionando os equipamentos, os serviços executados e o custo detalhado dos mesmos.

10.8 Responder pelos danos causados diretamente à UFPE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

10.9 Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à Universidade Federal de Pernambuco, Órgãos Participantes e Não Participantes, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

10.10 Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta dos serviços prestados, serão de exclusiva responsabilidade da Contratada, assim definido na norma tributária, sem direito a reembolso. A CONTRATANTE quando fonte retentora descontará dos pagamentos que efetuar e recolherá nos prazos da Lei os tributos a que está obrigada pela legislação vigente.

10.11 Uma vez apurado, no curso da contratação, que a Contratada acresceu indevidamente a seus preços valores correspondentes a tributos não incidentes sobre a realização dos serviços contratados, a CONTRATANTE exigirá a imediata exclusão desses valores, com a consequente redução dos preços e reembolso de valores devidos porventura pagos à Contratada.

10.12 É expressamente vedada, sem a anuência da Contratante, a transferência dos serviços objeto desta licitação a terceiros, bem como a subcontratação total ou parcial do mesmo.

10.13 Manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste instrumento e seus Anexos.

10.14 A omissão eventual da Contratante, no desempenho de suas atribuições fiscalizadoras, não eximirá a Contratada da responsabilidade pela perfeita execução dos serviços contratados.

## 11. OBRIGAÇÕES DA UFPE

### 11.1 São obrigações da Contratante:

11.1.1 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo os termos de sua proposta;

11.1.2 Emitir as Ordens de Serviço – OS ou Ordem de Fornecimento que informe o tipo do serviço, o nº do contrato e o número da Nota de Empenho, conforme Anexo 000, acompanhada de roteiro/cronograma de execução

11.1.3 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Inexigibilidade e na proposta da beneficiária;

11.1.4 notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso do objeto, fixando prazo para a sua correção;

11.1.5 atestar a nota fiscal/fatura após o recebimento definitivo do objeto, o qual se dará após a conclusão do evento;

11.1.6 proporcionar todas as facilidades necessárias à Contratada, inclusive, comunicando, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança, bem como qualquer ocorrência relacionada ao objeto;

11.1.7 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela empresa contratada, visando à necessária e perfeita execução do objeto;

11.1.8 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Inexigibilidade, inclusive somente devendo ser feito a conclusão do evento e o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura;

11.1.9 aplicar à licitante vencedora/contratada as sanções administrativas previstas na legislação vigente;

11.1.10 manter arquivado junto ao processo administrativo ao qual está vinculado o presente instrumento, toda a documentação a ele referente.

11.1.11 A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do instrumento equivalente (Nota de Empenho), bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 12. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE/DISPENSA

**12.1** Diante dos itens apontados neste Termo, **Declaro a INEXIGIBILIDADE/DISPENSA de Licitação**, fundamentada no Art. 74 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, atualizada, em favor da empresa Viptech Teleinformática LTDA, **CNPJ 08.781.508/0001-86** para **prestação de serviços de Manutenção técnica preventiva e corretiva das centrais telefônicas de marca NEC, modelo NEC Is3000 instaladas nas diversas unidades da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, CAA e CAV**, conforme justificativas expostas.

Assim como, solicitamos a V.Sa. Magnificência, a **RATIFICAÇÃO** do presente Ato, mediante prévia oitiva da Procuradoria Geral Federal.

Recife, 28 de outubro de 2022.

Responsável pelo Termo de INEXIGIBILIDADE/DISPENSA  
[ORDENADOR DE DESPESA]

---



---

Emitido em 31/10/2022

**TERMO DE DECLARACAO DE INEXIGIBILIDADE Nº 1/2022 - CAF-STI (11.29.03)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 03/11/2022 08:21 )*  
MARCO AURELIO BENEDETTI RODRIGUES  
*SUPERINTENDENTE - TITULAR*  
*STI (11.29)*  
*Matrícula: 1512338*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2022**, tipo: **TERMO DE DECLARACAO DE INEXIGIBILIDADE**, data de emissão: **31/10/2022** e o código de verificação: **a15d6a63cc**



**ANEXO III DO CONTRATO**  
**PROPOSTA DO CONTRATADO**



**Recife, 22/09/2022.**

À  
**Universidade Federal de Pernambuco**  
Recife/PE

**At.: Sr. Maxwell Volnei.**

**Ref.: Contrato de Manutenção preventiva e corretiva dos PABX Nec IS 3000.**

Conforme solicitado, apresentamos nossa proposta com desconto especial para o contrato de manutenção das centrais telefônicas Nec IS3000 ora instaladas na UFPE, **incluso mão de obra e peças de reposição.**

1 - Configurações que serão contratadas:

**1.1 – Central Telefônica UFPE, IS3090 com:**

Número de portas : 2098

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto: R\$ 14.686,00

**1.2 – Departamento de Química Fundamental – DQF – Unidade remota IS3090 com:**

Número de portas : 176

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.232,00

**1.3 – Departamento de Física – DF - IS3030 com:**

Número de portas : 160

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.120,00



**1.4 – Informática CIN – IS3050 com:**

Número de portas : 584

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 4.088,00

**1.5 – FDR - Centro de Ciências Jurídicas, IS3030 com:**

Número de portas : 238

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.666,00

**1.6 – CFCH, IS3030 com:**

Número de portas : 638

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 4.466,00

**1.7 – CTG, IS3030 com:**

Número de portas : 238

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.666,00

**1.8 – Campus Caruaru, IS3030 com:**

Número de portas : 158

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.106,00

**1.9 – Campus Vitória, IS3030 com:**

Número de portas : 158

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.106,00

**1.10 – NRTVU – TV Universitária, IS3030 com:**

Número de portas : 238

Valor mensal do contrato de manutenção com desconto : R\$ 1.666,00



**Total de Portas: 4.686**

Valor mensal por porta para UFPE : R\$ 7,00.

**Valor total mensal do contrato com desconto: R\$ 32.802,00**

**2 - Condição de pagamento :** Mensal.

**3 – Validade da proposta :** 60 dias

**4 – Formato da Prestação do Serviços de manutenção corretiva**

4.1- Os Serviços que serão contratados com **a Viptech Teleinformática Ltda.** serão atendidos localmente, a Viptech tem sede na Estrada do Arraial, 2483 – SI 901 – Tamarineira - Recife-PE – Fone (81) 2125-7667.

4.1.1 Atendimento técnico: mão de obra para execução de serviços no caso do equipamento apresentar algum alarme ou defeito de fabricação. O contrato não cobre defeitos provocados por fenômeno da natureza, atos de vandalismo ou de desordem pública.

4.1.2 Substituição de Módulos: substituição de qualquer módulo dos equipamentos que venha a apresentar defeito em condições normais de uso, tais como placas: ALC-E, ALC-G, ATU-G, DTU-PU, DTU-G, CPU-3000, CPU-4000, PMC-MC, PSU e unidades retificadoras (UR).

4.1.3 Diagnóstico Remoto: permite a recepção remota, registro e diagnose de alarmes que ocorram nos equipamentos. Este serviço pressupõe a disponibilidade de uma VPN da rede da UFPE.

4.1.4 Alterações de Programação e facilidades: execução remota de modificações de classes, facilidades, arranjos de grupo e outras facilidades programadas através de comandos de O&M.

4.1.5 Garantia – Os serviços de manutenção e substituição de peças decorrentes de defeitos de fabricação ou causados por uso normal dos equipamentos terão garantia durante todo o período do contrato.

4.1.6 – Defeitos causados por fenômenos da natureza, acidentes ou o equipamento submetido a condições elétricas fora das especificações do fabricante, não terão a cobertura do contrato.

## 5 – Formato da Prestação do Serviços de manutenção preventiva

5.1. Será realizado mensalmente a manutenção preventiva nos equipamentos que consiste na análise das condições gerais do funcionamento dos equipamentos.

5.1.1 -Verificações dos alarmes.

5.1.2 - testes dos links digitais com a concessionária.

5.1.3 - manter os back-ups do projeto de engenharia, Business Connect e software de tarifação atualizados.

## 6- Condições de Atendimento:

6.1 O atendimento técnico será acionado pela UFPE através do e-mail [suporte@viptechbr.com.br](mailto:suporte@viptechbr.com.br) ou ligar diretamente para Viptech (fone 81 2125-7667).

6.2 O atendimento técnico será realizado nos dias úteis, no período compreendido entre 8h e 17h. Fora deste horário será cobrado, em fins de semana ou feriados será cobrada, por hora para serviços extraordinários.

6.3 O atendimento técnico no local será em até 8 horas úteis, para atendimento **Emergencial**, e de até 24 horas úteis para atendimento **Normal**. Entende-se por atendimento Emergencial a situação de parada total do equipamento, tronco E1 ou mesa operadora. Entende-se por atendimento Normal as situações de defeitos esporádicos, como parada de ramal ou defeitos intermitentes.



6.4 O atendimento remoto será em até 4 horas úteis.

6.5 A presente proposta de contrato não cobre serviços de manutenção decorrentes de uso inadequado do equipamento ou fora dos limites especificados, interferência de pessoas não autorizadas, forças da natureza, sobretensões induzidas por raios, atos de vandalismo ou de desordem pública.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Raul Costa Jr.", with a stylized flourish at the end.

Raul Costa Jr.

Viptech Teleinformática Ltda.

Autorizado Nec Nerderland B.V

Fone: (81) 2125-7667

CNPJ: 08.781.508/0001-86

Endereço: Estrada do Arraial, 2483 – Empresarial Quartier – sala 901 – Tamarineira – Recife – Pernambuco – CEP: 52.051-380.



---

*Emitido em 31/01/2023*

**CONTRATO Nº 228/2023 - GR (11.01)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

*(Assinado digitalmente em 31/01/2023 13:58 )*

**VANESSA DA COSTA FEITOSA**

*ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO*

*GR (11.01)*

*Matrícula: 1982210*

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:  
**228**, ano: **2023**, tipo: **CONTRATO**, data de emissão: **31/01/2023** e o código de verificação: **28d1d877c2**